

Ecologista dos EUA promete apoiar conversão da dívida

Leopoldo Silva

BRASILIA — Quando começar a renegociar sua dívida externa com o Fundo Monetário Nacional (FMI) e com o comitê dos bancos credores internacionais, o governo brasileiro só terá a lucrar se, ao mesmo tempo, apresentar um amplo projeto de preservação ambiental que garanta a demarcação das reservas indígenas brasileiras, de reservas extrativistas e desarte a construção de grandes usinas hidrelétricas na Amazônia. Somente em projetos de conversão de parte da dívida externa em programas de preservação da ecologia, o Brasil poderá receber uma injeção de US\$ 300 milhões.

A previsão é da ambientalista norte-americana Barbara Bamble, representante na América do Sul da National Wild Life Federation, maior entidade ecológica não governamental dos Estados Unidos, com seis milhões de associados, que esteve na semana passada no Brasil em contatos com entidades ambientalistas e uma audiência com o secretário do Meio Ambiente da Presidência da República, José Lutzenberger. "O governo brasileiro deve reiniciar as negociações com o FMI e bancos credores dentro de três meses e, se apresentar projetos concretos para a preservação do meio ambiente, terá todo o nosso apoio para que obtenha uma redução da dívida", garantiu Barbara Bamble.

A National Wild Life Federation exerce forte pressão sobre o Congresso dos Estados Unidos, onde possui fiéis aliados como os senadores democratas Al Gore e Timothy Wirth, além do republicano Bob Kasten. A indicação do professor José Lutzenberger para ocupar a secretaria do meio ambiente da Presidência repercutiu muito bem nos Estados Unidos e isso, segundo Barbara Bamble, poderá facilitar as coisas no momento de negociar a dívida externa brasileira.

Portas abertas — Barbara Bamble confessa que ficou impressionada com as primeiras medidas adotadas pelo governo Fernando Collor na área ambiental, inclusive com o convênio firmado na última terça-feira entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Conselho Nacional de Seringueiros e Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), que prevê a implantação, em 4 anos, de reservas extrativistas na Amazônia numa área de quase 25 milhões de hectares. Medidas como essa, garante Barbara Bamble, ajudarão a abrir as portas para o governo brasileiro não só renegociar a dívida externa em condições extremamente vantajosas, mas também garantir a abertura da torneira dos bancos credores para a cessão de novos empréstimos.

O processo de conversão de pequenas partes da dívida externa brasileira em projetos ambientais específicos, proposta já endossada pelo presidente Fernando Collor, deverá seguir os trâmites normais como já ocorreu em outros países como Costa Rica, Equador, Zâmbia, Madagascar e Bolívia. "Tem que haver o doador de recursos para, então, se comprar parte da dívida de um banco credor, no mercado secundário", ensina Barbara Bamble.

"A visão desenvolvimentista do atual governo brasileiro é melhor que a do anterior", opina Barbara Bamble. Realista, ela garante que os bancos credores internacionais não pretendem, de forma alguma, abrir mão de seus lucros, mas são suscetíveis a pressões exercidas pelo Congresso norte-americano.

O senador Timothy Wirth, por exemplo, que esteve chefiando a delegação do Congresso dos EUA que visitou o Brasil ano passado, passando pelo Acre em solidariedade ao líder seringueiro Chico Mendes, assassinado em dezembro de 1988, integra a comissão do Congresso que participa do comitê dos bancos credores da dívida externa brasileira.

De acordo com Barbara Bamble, o governo Collor poderá obter uma renegociação da dívida mais vantajosa do que a oferecida ao governo mexicano, com a redução das taxas de juros para o futuro, a redução do valor nominal de alguns títulos da dívida e poderá conseguir a liberação de novos empréstimos até mesmo para comprar parte da dívida pelo valor oferecido no mercado secundário.



Bamble quer projeto brasileiro

Projeto deu certo no Terceiro Mundo

Experiências de conversão da dívida externa em projetos de proteção ao meio ambiente já deram certo em outros países. A Bolívia foi a primeira a usar sua dívida para preservar natureza. Em 1987, a entidade ambientalista norte-americana Conservation International foi autorizada pelo governo boliviano a comprar US\$ 650 mil de sua dívida externa através do Citicorp Bank — devido ao deságio, os títulos foram adquiridos na verdade por US\$ 100 mil. Em troca, o governo da Bolívia comprometeu-se a criar a Reserva Florestal de Chimane, de 1.152 hectares, para a exploração auto-sustentada.

Também precisou aumentar a Reserva de Beni em 335.045 hectares, colocar todas as áreas sob máxima proteção oficial e criar um fundo de US\$ 250 mil para a manutenção e fiscalização das áreas protegidas. A Conservation International passaria a ser a consultora oficial do governo para os projetos de preservação. "Inicialmente, essa conversão pioneira sofreu críticas dos que pensavam que isso lesaria a soberania nacional, mas depois a oposição foi neutralizada pelo êxito das experiências posteriores de Costa Rica e Equador", comenta o engenheiro Francisco Perlingeiro Neto, em artigo publicado na última edição da revista da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza.

Através da conversão de mais de US\$ 80 milhões da dívida externa, adquiridos pelos governos da Holanda e da Suécia e por entidades conservacionistas da Europa e dos Estados Unidos, em dois anos a Costa Rica aumentou de 8% para 27% a área de parques nacionais.

Em 1988, as Filipinas converteram US\$ 2 milhões de sua dívida de US\$ 29 bilhões para preservar 1,3 milhão de hectares. O Equador, que no ano passado tinha uma dívida externa de US\$ 11 bilhões, usou US\$ 10 milhões para proteger 2,1 milhões de hectares.